



Evento: II Mostra de Projetos Integradores da Graduação Mais UNIJUÍ

APRENDENDO A INCLUIR

LEARNING TO INCLUDE

Laisa Raquel Leichtweis ², Ezequiel Kauã Rosso Bortolin ³, João Pedro Gohlke ⁴, Eliézer Cristiano Krause ⁵, Moane Marchesan Krug ⁶, Marta Estela Borgmann ⁷

¹ Projeto desenvolvido na disciplina de Projeto Integrador do curso de Pedagogia e Educação Física do segundo semestre da Graduação Mais.

² Estudante do curso de Pedagogia do 2º semestre;

³ Estudante do curso de Educação Física do 2º semestre;

⁴ Estudante do curso de Educação Física do 2º semestre;

⁵ Estudante do curso de Educação Física do 2º semestre;

⁶ Professora orientadora do PI e do curso de Educação Física;

⁷ Professora orientadora do PI e do curso de Pedagogia.

1. INTRODUÇÃO

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2011), são mais de 45 milhões de brasileiros com deficiência que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou alguma incapacidade mental. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, art. 2º pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento ao longo de sua vida, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, pode impedir uma participação efetiva na sociedade, se comparado às condições das demais pessoas.

Atualmente o índice de crianças com deficiência vem crescendo cada vez mais. Desse modo, torna-se necessário um olhar mais atento para nossas instituições de ensino, verificando assim, se essas possuem os recursos necessários para a inclusão desses alunos. Desse modo, o Projeto Integrador - PI, foi desenvolvido em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Quinze de Novembro, localizada no município de Santa Rosa (RS), onde realizou-se jogos adaptados para a inclusão de alunos com deficiência, e um questionário para avaliação da escola e dos pais em relação ao assunto abordado.



Em face disso, é perceptível a exclusão e o preconceito que ocorre com as pessoas com deficiência, uma vez que elas são vistas como incapazes de interagir socialmente. Esse preconceito advém, em alguns casos, por meio de frases inadequadas ditas pelas pessoas, frequentemente, ocorrendo pelo modo como nossa sociedade está organizada. Ademais, a falta de acessibilidade encontrada nas instituições de ensino dificultam a inclusão desses educandos, onde muitas escolas não possuem os recursos e as condições necessárias para a inserção dos mesmos.

O projeto apresentou como tema principal a inclusão no contexto escolar e social. Tendo como objetivo geral encontrar formas de trabalhar a inclusão na esfera escolar e social, como também, verificar através de questionários se a escola possui os recursos necessários para que se faça possível esse trabalho e se os pais dos educandos estão satisfeitos com a inclusão atual. Da mesma forma, foi proposto atividades recreativas inclusivas a instituição, assim como, trouxemos exemplos para cultivar uma mudança de vocabulário, levando em conta certas expressões preconceituosas e através de uma rede social criada, publicamos dicas de filmes que retratam a vida de personagens com deficiência.

Portanto, justificamos a realização deste trabalho através da exclusão de alunos com deficiência que intercorre o meio escolar, por muitas vezes de forma inconsequente, mas que acontece. Além do mais, a missão de incluir essas pessoas é uma tarefa difícil tanto para professores como para a comunidade escolar, uma vez que são muitos os desafios impostos. Nesse sentido, é preciso nos perguntar o que é possível fazer para que haja uma completa inclusão desses alunos com os demais colegas?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, é difícil acreditar que ainda haja questões precárias na aceitação e respeito às diferenças do próximo. No entanto, comumente torna-se necessária a iniciativa de discussões e programas que buscam trabalhar em cima de tais demandas.

Nesse contexto, aborda-se a inclusão social, a qual trata pela indagação de mais igualdade entre as pessoas. Assim, tentando fazer com que discriminações, sejam elas de raça, gênero, etnia, orientação sexual, lícitas ou ilícitas com deficientes, entre outros, acabam por



serem extintas, corroborando para um mundo mais igualitário. Infelizmente, é corriqueiro o acontecimento de fatos deste gênero, ainda mais, com o avanço das tecnologias, que permitem o alastramento gigante de notícias em poucos segundos.

Ademais, é importante o entendimento que as diferenças fazem parte do cotidiano da sociedade, devendo ser caracterizada como algo normal, ou seja, cada indivíduo possui suas particularidades. Assim, Mantoan (2004, p 7-8), relata que "há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza".

Desse modo, a inclusão social já precária, influencia no desenvolvimento escolar. Visto que, a importância do ensinamento desde os anos iniciais em aceitar as diferenças do outro acaba mexendo no padrão escolar de muitos anos. Sendo assim, Rigo (2019, p. 499), diz que "[...] o reino da representação está sendo perturbado por um conjunto de rupturas que tentam fazer barulho e desassossegar a 'paz' e a 'harmonia' que se acreditava reinar na escola e na sociedade".

Além do mais, "pensar a educação na atualidade exige, essencialmente, refletir sobre a sociedade da qual ela faz parte e os princípios que regem essa sociedade e seus processos educativos" (TELES et al. 2013).

Todavia, é notório o entendimento de que para as escolas e seus educadores, essas mudanças tornam-se um grande desafio. Pois, "[...] a inclusão é um desafio de grandes dimensões para gestores, pois envolve desde custos de diversas naturezas até questões relacionadas à gestão institucional e ao desempenho profissional (HOLANDA et al., p. 4, 2021).

Outrossim, para muitos professores, muitas instituições de ensino não possuem os recursos necessários para que a inclusão seja realizada de forma eficiente, como visto na pesquisa realizada por Holanda (et al., p. 13, 2021), a qual diz que "o processo de inclusão é deficitário, em grande parte, por não haver um programa efetivo de formação dos profissionais". Evidenciando então, a pobreza no poder de inclusão.

Em síntese,

diante das dificuldades das crianças com deficiência integrarem-se ao grupo escolar, considera-se importante que, por meio de um instrumento de avaliação já validado, possam ser oferecidas informações e subsídios que



contribuam para que a escola e a família dessas crianças processem a inclusão (TELES et al. 2013).

Nos dias atuais, pessoas com deficiência passam por dificuldades em diversos pontos, seja em meios de acessibilidade, ou no meio social, onde são vistas muitas vezes como incapazes e impossibilitadas de conquistas. Segundo Pimentel e Nascimento (2011, p. 21) “a noção de rotulação como construção de estereótipos sociais, está relacionada ao mundo das pessoas com deficiência marcadas na maioria das vezes, pelo preconceito e discriminação”.

Pelo fato de termos um foco principal no meio escolar, por muitas vezes ouvimos relatos do preconceito que pessoas com deficiência sofrem dentro das salas de aula. Estereótipos são formados em cima destas pessoas por agirem como elas são, onde “[...] alguns alunos são estigmatizados e conseqüentemente rotulados por possuírem comportamentos considerados atípicos” (PIMENTEL; NASCIMENTO, 2011, p. 19).

Seguindo a mesma linha de pensamento, nem sempre esse tipo de ação parte dos alunos, professores também cometem esse erro dentro das salas de aula, rotulando seus alunos como incapacitados por não conseguirem aprender, realizar as atividades propostas, ou não à desenvolver da maneira que os professores gostariam que tivesse sido feito (PIMENTEL; NASCIMENTO, 2011).

Os meios de comunicação são instrumentos importantes que difundem muito o conhecimento sobre vários temas. Além disso, eles influenciam muito no comportamento das pessoas que estão sempre ligadas nestes meios. As novelas particularmente, apresentam uma convivência entre as pessoas de forma fantasiosa, estipulando brigas, discussões, romances, e etc., tudo para manter o telespectador atento e motivado a continuar assistindo.

Um dos problemas das novelas, filmes e séries, é destacar apenas uma pessoa com deficiência, já que segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2011), são mais de 45 milhões de brasileiros com deficiência que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou alguma incapacidade mental.

Outro problema, é o fato que sempre está presente nas novelas o ato de dar presentes. As cenas mostram um diálogo em que o personagem que quer dar o presente, fica todo angustiado e com medo, pois não sabe do que a pessoa com deficiência gosta. Este é o problema, pessoas com deficiência não são diferentes de nós, e têm por muitas vezes os mesmos gostos.



Apesar disto, personagens que possuem alguma deficiência, estão cada vez mais associados a novelas, filmes, entre outros, como destacam Faria e Casotti (2014). Da mesma forma, ainda comentam que as novelas não investem em políticas públicas que buscam desenvolver a inclusão social de pessoas com deficiência.

Em vista disso, a inclusão social é um desafio que vem crescendo cada vez mais, e temos de ser cautelosos para não acabar isolando ainda mais a pessoa com deficiência. As mídias, e a sociedade em si, apresentam a inclusão como algo que deve ser feito constantemente, porém, do mesmo modo, olham para estas pessoas como se as faltasse algo, ou como se houvesse algo a mais nelas. Silveira (2016), afirma que essa atitude pode trazer decorrências como a exclusão e a discriminação, que se ocasionam do estigma e do preconceito.

Na discussão do que fazer, instituições, empresas, sociedade em si, estão sempre em busca de novos meios de incluir a todos, segundo Silveira (2016, p. 23) “algumas instituições sociais e organizações de atendimento às pessoas com deficiência começam a perceber que praticar a integração não é o suficiente, por si só, para findar com a discriminação [...]”.

Assim, diante da extrema necessidade de implementar a inclusão em todos os espaços da sociedade e, de uma completa extinção dos estigmas e estereótipos impostos a estes indivíduos, a acessibilidade se torna ferramenta indispensável para essa ação.

Além do mais, durante um longo período, a educação regular foi marcada por salas de aula com alunos sem nenhum tipo de deficiência. As instituições de ensino se mantinham distante da realidade da existência de pessoas com deficiências, as quais estavam fora do ambiente escolar sem nenhuma perspectiva de frequentarem escolas regulares. Em face disso, os prédios escolares eram construídos sem nenhuma implementação da acessibilidade. Assim como nos apresenta Mendonça (2018),

os prédios nos quais eram alocadas as escolas eram construídos sem nenhuma coerência com os alunos ou professores que possuíam dificuldades de locomoção. Possuíam portas estreitas, escadas sem corrimão e de grande periculosidade de quedas, degraus na saída e entrada das escolas, banheiros minúsculos, bebedouros altos, dentre outros aspectos (MENDONÇA, 2018, p. 3).

Atualmente, com o elevado índice de pessoas com deficiência em nossa sociedade e, uma vez que, é direito da mesma estar inserida em uma educação regular, se torna necessário um aprimoramento da acessibilidade nesses espaços. Segundo Mendonça (2018), todos



devem possuir os mesmos direitos, deveres e acessos, reconhecendo e respeitando as diferenças pessoais, para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, baseada nos direitos humanos. Isto posto, de acordo com a referida autora,

o projeto de inclusão mencionado na Constituição Federal de 1988 se estabelece a partir de ações do Poder Público com o intuito de assegurar a educação para todos em sua forma mais ampla: o acesso e a permanência no ensino obrigatório, gratuito e de boa qualidade (p. 4).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) prevê a garantia de vagas na escola regular para educandos portadores de necessidades especiais desde a Educação Infantil (p. 4).

Dessa forma, conforme o art.3. inciso I, da LEI N° 13.146, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse viés, o conceito de acessibilidade se dá na ideia de um mundo livre de obstáculos, onde todos possuem os mesmos direitos, respeitando assim, as diferenças existentes. De acordo com o capítulo I, art.53. “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.”

Pode-se afirmar que, a acessibilidade é uma importante ferramenta para a inclusão de pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade.

A acessibilidade prevê a eliminação de barreiras presentes no ambiente físico e social que impedem ou dificultam a plena participação das pessoas com e sem deficiência em todos os aspectos da vida contemporânea. A acessibilidade é fundamental para a inclusão em diferentes contextos, tais como: arquitetônico, comunicacional, metodológico, instrumental, atitudinal, programático, entre outros (MENDONÇA, 2018, p. 9).

Assim, de acordo com Sasaki (2010) (apud ARAUJO, 2015, p. 23 e 24) a acessibilidade pode ser vista em seis dimensões:

- Arquitetônica: sem barreiras em ambientes físicos, residenciais, edifícios, espaços urbanos;



- Comunicacional: à acessibilidade que se dá sem barreira na comunicação interpessoal, língua de sinais, escrita incluindo texto em braille;
- Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional) de ação comunitária;
- Instrumental: sem barreiras nos instrumentos utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e recreação;
- Programática: sem barreiras, muitas vezes embutidas em políticas públicas (leis, decretos e portarias);
- Atitudinal: acessibilidade sem preconceitos em relação a pessoal em geral.

Outrossim, é necessário estar atento ao tentar eliminar barreiras físicas para o acesso de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Em razão de que, cada sujeito possui limitações particulares e, por vezes, ao se propor essa construção ou mudança pode acabar dificultando a vida dos demais indivíduos, criando assim, um mundo à parte, deslocado do todo coletivo. Sendo assim, conforme Fortuna, 2009 (apud ARAUJO, 2015, p. 24):

faz-se necessário refletir que cada elemento do espaço deve ser observado individual e coletivamente para que a facilidade de uns não se torne a barreira de outros, lembrando que a acessibilidade não é privilégio das pessoas com deficiência (FORTUNA, 2009).

Ademais, é notório a importância e necessidade da implementação de acessibilidade em todos os setores da sociedade, inclusive na educação, para que o aluno consiga alcançar o aprendizado em seu mais elevado nível.

Para isso, a instituição de ensino deve estar pronta para receber o educando portador de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida. Isso compreende não só a adaptação do espaço arquitetônico da instituição como também a habilitação e capacitação de profissionais para que a inclusão dos portadores de necessidades especiais no contexto educacional aconteça naturalmente (MENDONÇA, 2018, p. 4).

Desse modo, outro instrumento que se apresenta de extrema relevância para a implementação da inclusão social são as tecnologias assistivas. Logo, ao se tratar de tecnologias assistivas podemos determinar que são recursos e serviços que buscam melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com deficiência, além de promover uma vida independente e participativa, visando a inclusão social. Desse modo, podemos citar como exemplos, as próteses que substituem partes do corpo e os aparelhos de audição, que proporcionam amparo para suas habilidades funcionais.

As tecnologias assistivas vem tomando força no processo de ensino atual. Elas auxiliam diretamente na aprendizagem das pessoas com deficiência, se tornando cada vez mais presentes nas salas de aula. Conforme podemos analisar nos seguinte trecho:



[...] as tecnologias assistivas propiciam o uso dos recursos computacionais de forma construtiva, contribuindo para superar as deficiências, dando condições para que cada usuário possa desenvolver suas potencialidades, demonstrando que, apesar da deficiência, ele pode ser capaz, bastando existir oportunidades iguais para todos (RITA, 2011, p. 9-10).

Assim, essa igualdade de ensino pode ser estabelecida, de acordo com Miriam e Tânia (2006) “Quando se trata de pessoas com deficiência, o conceito de deficiente deve ser pensado de forma a atender o que elas realmente são: pessoas como você: têm os mesmos direitos, sentimentos, sonhos e vontades”.

A inclusão ao meio digital se torna ampla, e a adaptação se torna indispensável, conseqüentemente por estarem ligadas aos conhecimentos e habilidades que vão auxiliar no processo de utilização das tecnologias assistivas. Como retrata Rita (2011) “A geração digital, do instantâneo, do agora, do on-line é que comanda a sociedade atual. Não estar em consonância com o uso das TIC, determina o excluído do século XXI”

Ademais, é importante observar que, no ambiente escolar, a própria instrução dos professores deve ser voltada para atender a todos os alunos com igualdade de condições. Logo:

por meio da contínua formação o professor poderá construir uma base de conhecimentos sobre a área da TA em especial a recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem, como materiais didáticos em Braille, áudio, computadores com programas de sintetizador de voz, softwares para comunicação, bem como outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao conhecimento (MIRIAN; TÂNIA, 2016, p. 4).

Por fim, é notório que o mundo é um ajuntamento de diferenças, as pessoas têm pensamentos diferentes, ações diferentes, mas a deficiência não torna ninguém diferente. E por esse motivo, a inclusão começa dentro de nós, na mudança de pensamento, do vocabulário e de nossas ações.

3. METODOLOGIA

Este estudo desenvolveu uma pesquisa de cunho quali-quantitativo, método que de acordo com alguns autores, como Tashakkori e Teddlie (apud FLICK, 2009, p. 40), se trata de “metodologias mistas”, partindo de duas abordagens fechadas, mas que podem ser diferenciadas, combinadas ou recusadas. Ainda, o presente trabalho partiu de um estudo bibliográfico sobre a inclusão escolar e social.

Os participantes do referido projeto foram alunos do 6º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Santa Rosa, assim como, professores e toda a comunidade escolar. A escolha desta instituição ocorreu de maneira intencional, uma vez que, um dos integrantes do projeto reside próximo a escola e conhece a realidade da mesma.

A intervenção com a presente instituição de ensino decorreu-se em três etapas:

1º - Reconhecemos o território escolar: realizamos a coleta dos dados referente ao número de alunos e de professores envolvidos e, da mesma maneira, conseguimos compreender as demandas presentes na instituição. Nesta etapa, desenvolveu-se uma conversa com a coordenadora e a professora de educação física da turma, para que assim, essa pudesse nos auxiliar no planejamento das demais etapas.

2º - Coleta de dados: a coleta ocorreu juntamente com a instituição e os pais dos alunos, baseando-se em questionários enviados. Tínhamos como objetivo da referida etapa, adquirir conhecimento frente a visão dos participantes a respeito da inclusão, assim como, dos recursos e acessibilidade presentes na escola.

3º - Desenvolvimento das atividades: nessa etapa, aplicamos as atividades desenvolvidas pelo grupo. Iniciamos o trabalho, aplicando o jogo dos privilégios, posteriormente propusemos algumas atividades que remetem às dificuldades enfrentadas por pessoas com mobilidade reduzida em seu cotidiano (caminhada vendada, pés amarrados, volta de cadeira de rodas e jogo com as mãos amarradas).

Ademais, realizamos a criação de uma página no Instagram, nomeada Aprendendo a Incluir, na qual divulgamos dicas de filmes que mostram o dia a dia de pessoas com deficiência e as dificuldades enfrentadas por elas. Da mesma forma, disponibilizamos postagens, com o intuito de que ocorresse uma mudança de vocabulário da sociedade, a qual ainda está rodeada de expressões preconceituosas.

Por fim, viabilizamos à escola cards com as postagens de nossa página, para que assim, a mesma possa fazer a divulgação e o lembrete da importância e extrema necessidade de uma mudança de vocabulário na sociedade atual.

A análise dos dados ocorreu de duas maneiras distintas:

- I - Quantitativa - a partir das frequências absolutas e relativas, ou seja, a porcentagem;
- II - Qualitativa - a partir dos feedbacks e das respostas subjetivas dos participantes.



4. RESULTADOS

O projeto integrador - Aprendendo a incluir foi desenvolvido em uma escola municipal de Santa Rosa. O público alvo foram os alunos do 6º ano do ensino fundamental, assim como, professores e toda a comunidade escolar. A escolha desta instituição ocorreu de maneira intencional, uma vez que, um dos integrantes do projeto reside próximo a escola e conhece a realidade da mesma.

Para melhor entendimento dos resultados, primeiramente vamos apresentar os dados referente aos alunos com deficiência que frequentam a escola. De acordo com a equipe diretiva da escola, há um aluno com dificuldades de visão e fala, que é incluído nas atividades propostas, como na Educação Física.

Na questão “A escola possui os recursos e acessibilidade necessários para a inclusão dos alunos com deficiência?”, foi exposto que sim, possui os recursos e acessibilidade, mas que poderia ter mais.

Quando questionados sobre “Qual a visão da escola a respeito da inclusão?”, a instituição pensa que “É preciso uma formação continuada para de fato incluir. Muitos professores não têm formação para trabalhar com alunos que necessitam de inclusão.”

Essa fala pode ser reforçada por Holanda et al. (2021, p. 13), a qual diz que “o processo de inclusão é deficitário, em grande parte, por não haver um programa efetivo de formação dos profissionais”.

Outrossim, tivemos 50% de devoluções referente ao questionário proposto aos pais. De acordo com a primeira questão proposta aos pais “Em sua opinião, a escola que seu filho frequenta possui os recursos e acessibilidade necessários para a inclusão dos alunos com deficiência?”. Um pequeno número julga que sim, já outros que não, e alguns não conhecem a estrutura da escola.

Podemos observar isso na fala de alguns pais:

“Praticamente sim..mas falta algumas adequações.”

“Não conhecemos toda estrutura da escola, o espaço físico não tem recurso por completo e em relação a material didático não sabemos.”

Ademais, na segunda pergunta “Você tem alguma sugestão para uma melhora nesse quesito?” tivemos algumas sugestões bastante relevantes que poderiam ser abordadas pela



escola, como por exemplo rampas de acesso, corrimões, palestras, assim como podemos perceber na fala de alguns deles:

“Rampa para cadeirante, portas e espaço no banheiro para cadeirante.”

“Deveriam fazer palestras e pôr em debate com alunos a respeito.”

“Uma calçada da parada do ônibus até a entrada da escola.”

A importância dessas falas é sustentada por Mendonça (2018, p. 4) ao mencionar que,

[...] a instituição de ensino deve estar pronta para receber o educando portador de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida. Isso compreende não só a adaptação do espaço arquitetônico da instituição como também a habilitação e capacitação de profissionais para que a inclusão dos portadores de necessidades especiais no contexto educacional aconteça naturalmente (MENDONÇA, 2018, p. 4).

Assim, de acordo com os resultados é perceptível que a inclusão na escola ainda se apresenta precária, visto que, além da escola, muitos professores não possuem os recursos necessários para que a inclusão seja realizada de forma eficiente.

Com relação às atividades realizadas com a turma, tivemos um ótimo feedback tanto por parte dos alunos, quanto da professora. Nesse sentido, os alunos nos revelaram que sentiram angústia por não ter a certeza de onde andavam, medo, dificuldade de confiar no colega que passava informações, comentaram também que perceberam a dificuldade das pessoas que necessitavam de cadeira de rodas em se locomover, afinal, na quadra era um trajeto curto e plano, mas em lugares públicos nem sempre é assim.

A educadora física da escola também comentou sobre como foi o nosso trabalho, segundo ela “Foi ótimo, uma temática de extrema relevância, uma abordagem crítica e reflexiva, desacomodando os alunos(as) de suas verdades absolutas, ou discriminatória, ou pelo menos fizeste que pensassem sobre o assunto, foram muito felizes ao direcionar as tarefas/atividades para a sensibilidade, para além da técnica, mexendo com as sensações e emoções das crianças. Obrigada e parabéns, certamente tornaram-as mais empáticas e críticas quanto às várias formas de exclusão.”

Em contrapartida, a página criada no Instagram - Aprendendo a Incluir, teve grande envolvimento, visto que, obtivemos 118 seguidores e 1604 contas alcançadas. Foram 25 publicações e um acréscimo de +619% de interações com a página durante o período de 19 de outubro a 19 de dezembro, onde as postagens foram feitas e postadas.



Assim, através dessas indicações tentamos fazer com que a sociedade em geral compreenda e elimine essas expressões de seu vocabulário, da mesma forma, visamos mudar a visão da sociedade frente às pessoas com deficiência. Devemos aceitar as diferenças presentes em nosso meio, para a criação de um mundo mais igualitário e justo.

5. BIBLIOGRAFIA

HOLANDA, Gerda de S.; PEREIRA, Marcelino A. M.; FERREIRA, Sônia C. M. Inclusão escolar de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: um desafio para a gestão da escola pública. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, p. 1-23, jun. 2021. Conforme normas da ABNT.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, CONCLA - Comissão Nacional de Classificação. Disponível em: <<https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/16066-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 27 out. 2021.

MENDONÇA, Ana A. dos S. **Educação Inclusiva e Acessibilidade**. Anais do V Seminário de Pós-Graduação – V SIMPÓS. V.5, 2018. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/simpos/2018/anais/668-%20Pronto%20ANAIS.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2021.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa e quantitativa. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.